



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

ISSN 2177-3688

GT-2 – Organização e Representação do Conhecimento

**PANIZZI, CUTTER, LUBETZKY, JEWETT E RANGANATHAN E AS RELAÇÕES COM O RDA:
PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA CATALOGAÇÃO DESCRITIVA**

**PANIZZI, CUTTER, LUBETZKY, JEWETT AND RANGANATHAN AND RELATIONS WITH RDA:
THEORETICAL PRINCIPLES OF DESCRIPTIVE CATALOGING**

Raildo de Sousa Machado (UNIFAP) e Zaira Regina Zafalon (UFSCar)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Tem-se os códigos de catalogação como tema de pesquisa e acerca-se do *Resource Description and Access* (RDA) como o seu objeto de estudo. No decorrer da pesquisa, questiona-se sobre a presença de princípios e de fundamentos teóricos da catalogação descritiva na proposta do RDA. Define-se, como objetivo geral da pesquisa, analisar a proposta do RDA à luz dos fundamentos e dos princípios da catalogação descritiva, e, para o seu alcance, recorre-se aos seguintes objetivos específicos: [1] analisar os teóricos fundadores da catalogação, seus princípios e fundamentos; [2] discutir a atualização de códigos e tratados de catalogação; [3] analisar a proposta do RDA, seus princípios e objetivos à luz dos princípios e dos fundamentos da catalogação descritiva. A pesquisa, de natureza aplicada, adota abordagem qualitativa, fazendo uso dos procedimentos bibliográfico e documental para atingir os objetivos exploratórios. Academicamente, pretende-se contribuir com as discussões sobre a essência do RDA, ao ampliarem-se as possibilidades de estudos e familiaridade com os objetivos, princípios, funções e aplicação do padrão RDA. Os resultados apontam que, mesmo em épocas diferentes, contextos tecnológicos diversos ou que algumas das regras e instruções diferenciem-se no padrão RDA, o que se observa no arcabouço teórico de tais estudiosos é a preocupação com o usuário e o esforço para que o catálogo não sirva apenas de canal de comunicação entre os acervos e o público, mas volta-se para o cumprimento do papel de democratização do acesso e uso da informação.

Palavras-Chave: Catalogação descritiva; Catalogação - Fundamentos; Catalogação - Princípios; *Resource Description and Access*; RDA.

Abstract: Cataloging codes are the subject of research, and Resource Description and Access (RDA) is their object of study. During the research, it is questioned about the presence of principles and theoretical foundations of descriptive cataloging in the proposal of the RDA. The general objective of the research is to analyze the proposal of the RDA in the light of the foundations and principles of descriptive cataloging, and to achieve them, the following specific objectives are used: [1] to analyze the founding theorists of cataloging, its principles and foundations; [2] discuss the updating of cataloging codes and treaties; [3] analyze the RDA proposal, its principles and objectives in the light of the principles and foundations of descriptive cataloging. The applied research adopts a qualitative approach, making use of the bibliographic and documentary procedures to reach the exploratory objectives. Academically, it is intended to contribute to discussions about the essence of the RDA, by expanding the possibilities of studies and familiarity with the objectives, principles, functions and application of the RDA standard. The results indicate that, even at different times, different technological contexts or that some of the rules and instructions differ in the RDA standard, what is observed in the theoretical framework of such scholars is the concern with the user and the effort for the catalog not only serve as a channel of communication between the collections and the public, but also focuses on fulfilling the role of democratizing access and use of information.

Keywords: Descriptive cataloging; Cataloging - Fundamentals; Cataloging - Principles; Resource Description and Access; RDA.

1 INTRODUÇÃO

As ferramentas criadas pela humanidade desde os tempos pré-históricos aspiravam uma forma de simplificar os trabalhos por eles desenvolvidos e, à medida em que foram criadas, outras necessidades também surgiram e exigiram que novas formas de instrumentos, ou sua melhoria, fossem estudadas, criadas, testadas e aplicadas. Foi assim também com as formas de registrar e disseminar informação, ações que evoluíram desde o tempo em que eram fixadas nas paredes das cavernas, passando pelo rádio, pela televisão, pelos multimeios, pelos computadores até chegar aos tempos dos avanços tecnológicos da comunicação online e em tempo real.

As comunidades informacionais, como agentes importantes no meio social, não se permitiram permanecer inalteradas frente às inúmeras transformações sofridas pelo avanço tecnológico. Da mesma forma, os diversos serviços desenvolvidos nestas unidades de informação, em suas individualidades, adequaram-se às transformações e buscaram suprir as necessidades decorrentes de tais mudanças. Neste processo, os suportes de registros de informações foram, e continuam sendo, alterados periodicamente, o que exige um amoldamento das ferramentas, dos serviços e dos profissionais a essas alterações.

A informação, com propriedades e fluxos configurados como objeto de estudo da Ciência da Informação, tem sido a moeda da época presente (LE COADIC, 2004). Vista como algo que possui o potencial de agregar valor aos dados gerados, o que permite a geração de conhecimento inovadores, a informação contribui para o desenvolvimento das sociedades.

Porém, para que alcance valor, ou ambiente propício para que possa valorar-se, precisa estar registrada, representada e ter o seu acesso e uso possíveis. À Ciência da Informação tem-se atribuído a responsabilidade de estudar os fluxos que a informação transcorre até cumprir sua finalidade, seja ela acadêmica, econômica ou social.

A tecnologia, mutável conforme sua época, assume importante papel no nascimento e desenvolvimento da Ciência da Informação que, aliada à Biblioteconomia, interfere, também, no desenvolvimento de instrumentos que orientam a organização e a representação da informação. Ressalta-se que, tanto os instrumentos e as regras quanto as teorias da catalogação modificam-se conforme o avanço tecnológico, uma vez que o comportamento dos usuários se modifica neste cenário.

A catalogação descritiva ocupa importante espaço no fluxo informacional. É por meio da catalogação que informações podem ser recuperadas e acessadas. Assim, com função mediadora em um processo comunicativo, a catalogação contribui para a efetiva organização e uso da informação. A catalogação bibliográfica, assim como as demais atividades e ambientes, teve seu bojo enriquecido com os avanços tecnológicos, e adiciona muitas formas e possibilidades ao seu fazer e ganha, inclusive, uma nova dinâmica com os avanços tecnológicos, os computadores, Internet, web semântica e as novas formas de recuperação de conteúdos digitais.

Um exemplo claro dessa interferência dos avanços tecnológicos na catalogação bibliográfica, é o padrão de catalogação *Resource Description and Access* (RDA). Fruto de necessidades do tempo hodierno, constitui-se como resultado das mudanças nos tipos de recursos e conteúdos informacionais, que antes tinha os materiais impressos como predominante e, conseqüentemente, nas novas maneiras de representá-los e acessá-los no ambiente web.

Nesse contexto de mudanças, faz-se necessário revisitar os fundamentos e princípios da catalogação descritiva, visto que é primordial compreender o estágio atual pelo qual passa o estudo, desenvolvimento e aplicação dos instrumentos de catalogação, alinhado ao contexto tecnológico em que se insere. As ideias de Panizzi, Jewett, Cutter, Ranganathan e Lubetzky continuam servindo de base para a constante atuação do estudo e do serviço catalográfico.

Dito isto, questiona-se: como os princípios e fundamentos teóricos da catalogação descritiva aparecem na proposta do RDA? Define-se, como objetivo geral da pesquisa,

analisar a proposta do RDA à luz dos fundamentos e dos princípios da catalogação descritiva, e, para o seu alcance, recorre-se aos seguintes objetivos específicos: [1] analisar os teóricos fundadores da catalogação, seus princípios e fundamentos; [2] discutir a atualização de códigos e tratados de catalogação; [3] analisar a proposta do RDA, seus princípios e objetivos à luz dos princípios e dos fundamentos da catalogação descritiva.

Nesta pesquisa, de natureza aplicada, adotou-se a abordagem qualitativa, e buscou-se, por meio de procedimentos bibliográficos e documentais, atingir os objetivos exploratórios. Configura-se com abordagem qualitativa visto que Flick (2009, p. 16) a define como aquela que “[...] usa o texto como material empírico (em vez de números).” Por conta de objetivos exploratórios, para o contato inicial com o assunto em questão, é possível ter apoio para a compreensão geral do tema e a interpretação necessária, o que permitirá assim maior familiaridade com o tema proposto. Caracteriza-se como sendo de natureza aplicada por dirigir-se a uma questão particular e por considerar as publicações científicas e os documentos base para subsidiar o atendimento aos objetivos geral e específicos, o que denota procedimentos bibliográfico e documental (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Os resultados da pesquisa bibliográfica foram apresentados a partir do estudo analítico-comparativo entre os princípios e os fundamentos teóricos da catalogação com a proposta do RDA.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os nomes e obras de Panizzi, Cutter e Lubetzky figuram na introdução do RDA como bases teóricas para o desenvolvimento do padrão. No entanto, esta pesquisa traz ainda os ideários de Jewett e Ranganathan que, apesar de não serem mencionados na introdução do RDA, tem as suas ideias imbuídas no movimento teórico dos demais autores citados, além de ser indispensável mencioná-los quando se trata de fundamentos da catalogação. Esta seção destina-se a discorrer sobre as ideias e a influência de tais teóricos na catalogação descritiva.

Entre as realizações de Antonio Panizzi (Anthony Panizzi, 1797-1879) destacam-se as *91 Rules*, que mais tarde se tornou base para as *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR). Panizzi, ao lado de Charles Jewett, é o principal nome da primeira idade dos códigos de catalogação e buscou formas de organizar informações de uma maneira lógica, sem deixar de ser útil. Negrucci (2001) lembra que Panizzi foi persistente na ideia de que o catálogo deveria ser elaborado conforme um conjunto padrão de regras.

Para Strout (1956, 268, tradução nossa), até Panizzi, “[...] o grande interesse nas

minúcias da catalogação nunca foi exibido em nenhum outro momento por eruditos, leitores e governo.” A autora defende, ainda, que é com Panizzi que se chega à catalogação moderna, visto sua importância para a catalogação e para a catalogação descritiva, assim como a sua influência no Código de Catalogação Anglo-Americano.

As *91 Rules* foram resultado do trabalho desenvolvido por Panizzi enquanto guardião do Departamento de Livros Impressos, no Museu Britânico. As regras atenderam a demandas dos curadores que faziam parte da equipe de trabalho de Panizzi, que exigiam um conjunto de regras que orientassem a catalogação do acervo de livros impressos do museu (SCHACHT, 1980).

Publicadas em 1841, as *91 Rules* são consideradas como as primeiras regras da catalogação moderna, criadas por Panizzi, com um comitê formado por Thomas Watts, J. Winter Jones, Edwards Edwards e John H. Perry. Para Garrido Arilla (1999), as regras foram criadas para orientar a elaboração de um “[...] catálogo alfabético, fundamentalmente de autores e entidades, que permitiria ao usuário a localização rápida e fácil de uma obra, assim como o agrupamento de obras de um mesmo autor com suas diferentes edições e traduções.” A autora lembra que as regras de Panizzi estabelecem-se como o primeiro código sistemático e estão mais orientadas à criação do catálogo do que para a descrição de documentos, como entendidas hoje.

Dentre as várias contribuições de Panizzi para a catalogação descritiva, destaca-se a importância de o processo catalográfico ser realizado a partir de regras consistentes, para atender às necessidades de uniformidade e padronização. Ressaltou, ainda, que novas regras fossem providas conforme surgissem imprevistos. Para ele a plenitude e precisão deveriam ser aplicadas a todos os livros; obras anônimas deveriam ser registradas com a primeira palavra do título, artigos e preposições; as obras sob pseudônimo deveriam ser catalogadas sob o nome do pseudo autor. Panizzi considerava, também, que o registro deveria ser tão detalhado a ponto de que cada livro fosse mais simplesmente identificável e que a página de rosto fosse a fonte de dados para o registro.

Além disso, Lubetzky e Svenonius (2000, p. 6, tradução nossa) lembram que

Panizzi viu o livro como uma edição de uma obra particular que está intimamente relacionado com as outras edições e traduções da obra que a biblioteca pode ter, e pensou que deveria, portanto, ser integrado a elas. Por quê? Simplesmente porque o livro é um objeto dicotômico.

O livro, na visão de Panizzi, é uma junção de entidades e não existe de forma isolada ou apenas física. Assim, além das referências cruzadas que deveriam ser usadas sempre que necessário, a representação de um determinado livro também não deveria ser feita de forma disjunta, mas integrada às demais expressões e manifestações da obra constante em um livro. Essas ideias em muito remetem aos conceitos apresentados nos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR).

A contribuição de Charles Ammi Cutter (1837-1903) é marcada em *Rules for a Dictionary Catalog*, no qual apresenta 368 regras para a elaboração de catálogos. Nesta obra, Cutter (1904, p. 11, tradução nossa) ressalta que “[...] nenhum código de catalogação poderia ser adotado em todos os pontos por cada um.” A justificativa do autor era a de que cada biblioteca tem seus objetivos e públicos particulares. No entanto, coloca que a elaboração de um catálogo deve objetivar a localização de obras. Cutter baseou suas ideias no modo como o usuário de uma biblioteca procura por informações. Conforme Hufford (1991), este foi o último código publicado individualmente, visto que os demais códigos foram desenvolvidos por comitês e associações.

Um ano após o falecimento de Cutter, foi publicada a quarta edição de *Rules for a Dictionary Catalog*, em 1904, momento em que se assistia ao início do fornecimento, pela *Library of Congress*, de fichas para o arranjo de catálogos. Ao prefaciá-la, Cutter chamou a atenção para a necessidade de que regras fossem revistas, observações se tornassem regras, e que as revisões eram influenciadas pela mudança na forma de compor catálogo.

Como contribuições de Cutter para a catalogação descritiva, Fiuza (1987, p. 48) destaca que, em *Rules for a Dictionary Catalog*, “[...] ele definiu os primeiros princípios de catalogação expressos em regras que constituíram um código tão racional e completo que muitas delas continuam a fazer parte dos códigos atuais.” Para Blake (2002), Cutter ultrapassa os limites estabelecidos por seus antecessores, Panizzi e Jewett, visto que definem o conceito de autoria corporativa, consideram que, assim como uma pessoa, uma instituição pode ser registrada como autora de uma obra.

Cutter dividiu os catálogos em curto, médio e completo (ou bibliográfico), com níveis variantes de informações para cada um deles. Para Yee (1994, p. 10, tradução nossa), Cutter foi o “[...] primeiro a declarar os objetivos do catálogo e a discutir técnicas para implementá-los.” Os objetivos do catálogo definidos por Cutter (1904, p. 12, tradução nossa) são:

1. Permitir que uma pessoa encontre um livro do qual
 - (A) O autor
 - (B) O título
 - (C) O assunto } Seja conhecido
2. Para mostrar o que a biblioteca tem
 - (D) Por um determinado autor
 - (E) Sobre um dado assunto
 - (F) Em um determinado tipo de literatura
3. Ajudar na escolha de um livro
 - (G) Quanto à sua edição (bibliográfica).
 - (H) Quanto ao seu caráter (literário ou tópico).

Para Cutter (1904, p. 6, tradução nossa), “[...] a conveniência do usuário deve ser sempre definida antes da facilidade do catalogador.” Assim, a conveniência do usuário deve ser anteceder, por extensão, à definição de regras de catalogação, bem como a composição de catálogos.

Seymour Lubetzky (1898-2003) escreveu *Cataloging Rules and Principles*, em 1953, atendendo a uma solicitação da *Library of Congress* para examinar o rascunho do código de catalogação escrito pela *Division of Cataloging and Classification* da ALA, e simplificar as regras de tal código. Essa obra foi a maior influenciadora das AACR, segundo Gorman (2000). O objetivo foi analisar as regras para entrada de autor e título, com ênfase para os autores corporativos, além de discutir os objetivos e princípios das regras. O grande questionamento de Lubetzky ao escrever a obra citada era: esta regra é necessária?

Lubetzky (1953, p. 36) aponta dois objetivos para as regras de um código de catalogação: [1] permitir que o usuário do catálogo determine prontamente se a biblioteca tem ou não o livro que ele, e; [2] revelar ao usuário do catálogo, sob uma forma do nome do autor, quais obras a biblioteca tem por um determinado autor e quais edições e traduções de uma determinada obra. Por ser considerado complexo e custoso, o segundo objetivo foi ignorado, e as ações foram limitadas ao primeiro.

A presença de tecnologias em catálogos possibilitou aprimoramento das possibilidades de busca e recuperação da informação. Lubetzky (1953, p. 37, tradução nossa) ressalta que “[...] ambos os objetivos foram firmemente definidos por Panizzi e [...] foram almejados nas regras de catalogação Anglo-Americanas.” Para Lubetzky e Svenonius (2000) os catálogos online atendem ao primeiro objetivo, mas ressaltam que as tecnologias presentes em catálogos deveriam ser melhoradas para atender, também, ao objetivo dois.

Lubetzky defendeu que as regras de catalogação devem basear-se em dois elementos: nome do autor e título, pois são os meios mais importantes usados pelos usuários para

identificar uma obra. Assim, [1] obras cujos autores são conhecidos devem ser inseridas sob seus autores; [2] aquelas cujos autores não são identificados, devem ser inscritos sob seus títulos. Sobre isso, Lubetzky (1953, p. 43, tradução nossa) afirma: “[...] dois grandes princípios de Cutter, portanto, permanecem tão válidos quanto sempre foram.” Mesmo que implicitamente estes objetivos foram vislumbrados nos FRBR, publicados em 1998, e mais claramente, assemelham-se aos objetivos do catálogo, propostos por Cutter.

Na obra de Lubetzky são considerados, ainda, os princípios variantes (ou adicionais) em que considera [1] as obras que possuem mais de autor; [2] os autores que possuem mais de um nome; [3] as obras que possuem mais de um título; [4] as obras que são baseadas em outras obras; [5] as obras de autores corporativos.

Para Lubetzky, as regras devem permitir que o usuário [1] selecione a edição ou a tradução de uma obra que melhor atenda à sua finalidade; [2] encontre as obras relacionadas ao autor; [3] identifique uma obra que foi ligeira, ou imprecisamente, citada; [4] encontre uma obra que foi catalogada separadamente. Dessa forma, ao catalogador é requerido o estabelecimento da identidade do(s) autor(es) e as relações da obra.

Estivill Rius (2012, tradução nossa) lembra que foi com Lubetzky que a catalogação e os seus códigos “[...] retornaram a alguns princípios teóricos, os de Cutter, simplificados em alguns aspectos e renovados com a inclusão do conceito de obra, que é central para a função de agrupamento do catálogo.” Ressalta-se a presença de Panizzi, Jewett, Cutter e Ranganathan como influenciadores e precursores das ideias e da obra de Lubetzky.

Embora não seja mencionado como influenciador do RDA, em sua introdução, Charles Coffin Jewett (1816-1868) será tratado neste texto como tal. Pode-se considerar a iniciação de Jewett na catalogação quando foi assistente de Oliver A. Taylor, enquanto este preparava o catálogo do *Andover Theological Seminary*. Seis anos após, em 1841, Jewett foi nomeado bibliotecário na *Brown University*, com a responsabilidade de elaborar um novo catálogo.

Com *On the Construction of Catalogs*, Jewett apresentou um código composto por trinta e nove regras que,

[...] foram elaboradas com grande cuidado. Elas são fundadas sobre aquelas adotadas para a compilação do catálogo do Museu Britânico; algumas delas são, literalmente, a mesma. Outras se conformam mais às regras defendidas por Panizzi do que às aquelas finalmente sancionadas pelos curadores do Museu (JEWETT, 1852, p. 14, tradução nossa).

No entanto, “[...] diferentemente de Panizzi, as regras de Jewett determinavam que, se o autor usasse um pseudônimo e sua identidade fosse conhecida, a obra seria registrada

com o nome verdadeiro do autor.” (BLAKE, 2002, p. 9, tradução nossa). As referências cruzadas, existentes na proposta de Panizzi, também são encontradas no trabalho de Jewett.

Jewett enfatizou que os dados deveriam ser registrados conforme apresentados no item; que a página de rosto era a fonte primária de informação; e que o título deveria ser transcrito exatamente como consta na obra. Defendia, ainda, que as regras de catalogação deveriam ser rigorosas e, quando possível, atender a todos os detalhes. Jewett (1852, p. 6, tradução nossa) destacou que “[...] nada, tanto quanto puder ser evitado, deve ser deixado ao gosto ou julgamento individual do catalogador.”

Na concepção de Jewett, o catálogo é um instrumento de promoção e difusão do conhecimento, e considera ser esta a justificativa para o ofício catalográfico. Para além disso, o catálogo coloca-se como promotor do conhecimento, ao mostrar o que já foi estudado, e evidenciar lacunas no campo científico. Para evitar que novas publicações fossem feitas somente de modo a acrescentar o volume de livros sem, necessariamente, somar conhecimento, Jewett (1852, p. 7, tradução nossa) defendeu que o catálogo tem a função de indicar “[...] o caminho do esforço útil.”

Jewett fez críticas à prática de impressão de catálogo em livro, da forma que era feito, uma vez que este tipo de catálogo estava sempre em estado de imperfeição. Para sanar essa dificuldade, Jewett propôs o que ele chamou de *Stereotype the titles separately*, que, por configurarem-se em placas ou blocos, possibilitariam a construção de um catálogo geral.¹

Sobre as regras de catalogação, Jewett as considerou de extrema importância no processo de criação de catálogos, visto que sem elas o resultado do trabalho catalográfico seria um misto de erro e confusão. Defendia que as regras objetivam a uniformidade, que para ele é imperativa e só podem ser alcançadas pela “[...] adesão de todos às regras, abrangendo, na medida do possível, todos os detalhes da obra.” (JEWETT, 1852, p. 14, tradução nossa).

Similar a Jewett, ao apresentar o catálogo como instrumento democrático de acesso e promoção ao conhecimento, estão os objetivos definidos por Cutter, visto que almejam atender às necessidades dos usuários, em certa medida.

Embora externo ao ambiente anglo-americano, Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972) é tão importante quanto o grupo de teóricos citados na introdução do RDA.

Ranganathan pensava em um modelo de controle bibliográfico, baseado em um

¹ Estereotipia, no contexto das artes gráficas, consiste na “[...] técnica e processo de reprodução de uma composição tipográfica em uma chapa a partir da moldagem de uma matriz sólida (de gesso, cartão etc.)” (ESTEREOTIPIA, [2019?]).

sistema internacional de intercâmbio de dados catalográficos. Vale lembrar que ele foi idealizador da catalogação na fonte, e que se estava nos anos de 1950, onde formatos legíveis por máquina iriam ainda ser gestados no ambiente das ideias. (SILVA, 2018).

Tanto as ideias de Ranganathan quanto o seu *Classified Catalogue Code* (CCC) foram grandes contribuidores das discussões que antecederam a Conferência Internacional sobre os Princípios da Catalogação, ocorrida em 1961. Em 1954, Ranganathan foi convidado pelo Dr. Bourgeois, então presidente da IFLA, para que analisasse problemas referentes à catalogação e desse sugestões de solução. A compilação destas sugestões destacou-se como uma das grandes contribuições para a definição dos Princípios de Paris, ao lado das ideias de Seymour Lubetzky.

Assim como Jewett, Ranganathan defendia a construção de um catálogo central. Ampliou, porém, a discussão para a idealização de um código internacional de catalogação, e, semelhante a Cutter, advogava para que a construção de catálogos fosse impessoal e com prioridade no usuário.

Ranganathan apontou a concordância com os princípios normativos que, no campo da catalogação “[...] devem ser a implicação especial das leis fundamentais da Biblioteconomia dentro das condições de fronteira estabelecidas pelos requisitos sociais, de um lado, e os requisitos de catalogação, de outro.” Tal afirmação coloca, mais uma vez, o caráter social da catalogação, tão necessário nas discussões, nas teorias e na prática. Esse conjunto de princípios foi desenvolvido por Ranganathan como Cânones da Catalogação, e Bhattacharya (1973 apud ROUT; PANIGRAHI, 2015, p. 286, tradução nossa) lembra que

[...] este conjunto de princípios normativos de catalogação é uma das maiores contribuições da Índia no campo da catalogação. A potencialidade e a versatilidade desses princípios ainda não foram totalmente percebidas pela profissão de biblioteca em geral. Provavelmente, quando enunciados pela primeira vez, esses princípios normativos estavam à frente do tempo. No entanto, sua utilidade e importância serão realizadas no devido tempo.

Para Ranganathan (1938, p. 54, tradução nossa), a aplicação das, tão difundidas no universo biblioteconômico, cinco leis da Biblioteconomia deve ser acompanhada da Lei da Parcimônia, que “[...] talvez seja o princípio geral mais elementar que rege a catalogação – ou qualquer outra prática científica [...]”.

Em sua obra *Theory of library catalogue*, publicada em 1938, Ranganathan estabeleceu os Cânones a serem considerados na delimitação do conjunto de regras de catalogação; em *Classified catalogue code*, publicado em 1964, Ranganathan propõe outros cânones.

Os cânones propostos por Ranganathan a serem observados quanto à elaboração de

códigos de catalogação, assim como as regras destes códigos, são:

- a) Cânone da Consistência (*Canon of Consistency*): impõe ao código a responsabilidade de que ocorrências análogas sejam tratadas da mesma forma;
- b) Cânone da Relevância (*Canon of Relevance*): orienta tanto a elaboração das regras quanto a aplicação destas;
- c) Cânone da Determinabilidade (*Canon of Ascertainable*): exige que todas as informações usadas tenham como fonte a folha de rosto;
- d) Cânone da Permanência (*Canon of Permanence*): define a Entrada Principal para indicar algo permanente;
- e) Cânone do Uso Corrente (*Canon of Currency*): considera que a cada situação tenha que se aplicar o que a tal situação demanda; cânone que, se em um momento acorda com o Cânone da Permanência, conflita com os cânones da Consistência e da Determinabilidade; a recomendação é que, no caso de título, é necessário registrar o atual; se for o autor, como indicado na folha de rosto; se for o assunto, a forma de uso mais popular;
- f) Cânone da Individualização (*Canon of Individualisation*): estabelece que o nome de qualquer entidade usada como entrada principal deve denotar apenas uma entidade;
- g) Cânone do Contexto (*Canon of Context*): indica que as regras de um código de catalogação devem considerar o contexto da natureza dos recursos informacionais e a organização da biblioteca;
- h) Cânone de Pontos de Acesso (*Canon of Sought-Heading*): aponta que os pontos de acesso devem ser aplicados de forma que se evite a duplicação e que devem oferecer alternativas para o usuário recuperar documentos;
- i) Cânone da Preponderância (*Canon of Prepotence*): afirma que é de vital importância a posição ordinal em que se coloca uma determinada entrada em relação às demais; esta posição ou ordem define a potencialidade da entrada em servir para a recuperação e identificação de um documento.

É fato que muitos dos cânones tiveram atualizados os vocábulos. Porém, os conceitos mantiveram-se. Quanto ao Cânone da Preponderância, entretanto, cabe uma ressalva, visto que, em catálogos automatizados, a posição de um ponto de acesso não determina a potencialidade da recuperação por aquele elemento: todos os pontos de acesso têm a mesma importância de recuperação e identificação de um documento.

3 O PADRÃO RDA E SUA RELAÇÃO COM OS CÓDIGOS DE CATALOGAÇÃO

As AACR foram publicadas em 1967, após uma revisão do Código da *American Library Association* (ALA), adaptando-as aos princípios discutidos em 1961, na Conferência Internacional sobre os Princípios da Catalogação (SOUZA, 1997). As AACR supriram as necessidades que lhe cabiam naquele período específico. Isso mostra que catalogação, seus instrumentos, e tecnologias correlacionam-se.

Com os avanços tecnológicos e, conseqüentemente, novas formas de produção, armazenamento e uso da informação, surge a necessidade de revisão e adequação das AACR. Elaborado como um código para catalogar materiais impressos, as AACR2 passaram por várias atualizações com a finalidade de melhorar seu desempenho e oferecer regras para o registro da maior gama de suportes, por isso a publicação das AACR2r (revisão de 2002, com publicação da versão brasileira em 2004). Segundo Oliver (2011, p. 3) “[...] um grande obstáculo com que se defrontaram as AACR foi a descrição de novos tipos de recursos. [...] Esta limitação dificultou a extensão das regras das AACR2 para incluir a descrição de novos tipos de recursos, principalmente os eletrônicos.”

Por conta da associação das tecnologias na elaboração de registros bibliográficos, no gerenciamento dos catálogos, no processamento das solicitações dos usuários pelos bancos de dados, na definição de *templates* para apresentação dos resultados de busca e em sua (re)configuração por opções feitas pelos próprios usuários, as limitações das fichas catalográficas e das regras vigentes já não eram aplicáveis também aos novos suportes informacionais.

Em busca de adaptações para as AACR2r, assim como um acréscimo de regras com a finalidade de adaptá-las às mídias atuais, iniciou-se uma revisão que resultaria na terceira edição das AACR, o que viria a ser as AACR3, e que tinha como responsável o *Joint Steering Committee for Revision of AACR2* (WEISS; LARKIN, 2006). Com a intenção inicial de atualizar as regras das AACR2, Tom Desley foi designado para a elaboração das partes I – Descrição, II – Pontos de acesso e III – Controle de autoridade, que resultariam no novo código. No entanto, os comentários acerca do rascunho da Parte I indicaram que os objetivos estabelecidos no plano estratégico não tinham sido alcançados e indicaram, também, a necessidade de um padrão a ser “[...] compatível com o passado, que lide com o presente e se prepare para o futuro.” (WEISS; LARKIN, 2006, p. 290, tradução nossa). Com a proposta de atualização do código de catalogação, a necessidade de adequação do código aos constantes avanços

tecnológicos, bem como o alinhamento deste código aos conceitos e terminologias dos FRBR, contribuíram para que o foco mudasse de atualização para a construção de um novo código de catalogação.

Weiss e Larkin (2006) consideraram quatro forças motrizes para a tomada de decisão quanto à criação de um novo padrão de catalogação: [1] a *International Conference on the Principles and Future Development of AACR*²; [2] a publicação dos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), em 1998; [3] a realização dos *IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code*, realizados anualmente no período de 2003 a 2007, em diferentes continentes; [4] o Plano estratégico para as AACR.

Diante da descontinuidade do trabalho que originaria as AACR3, e com o realinhamento de percurso em direção à um novo padrão que, apesar de ter suas bases no anterior, seguia novo percurso no sentido de ser um padrão adequado ao ambiente digital, nasce o *Resource, Description and Access* (RDA), um padrão com pretensão internacional, elaborado com o objetivo de atender às necessidades emergentes dos usuários de um catálogo, mas marcadamente como um padrão de catalogação baseado em modelos conceituais, com diretrizes pautadas em atender a demanda que as AACR2 já não supria.

Hitchens e Symons (2009) apontam que os mesmos motivos que, em tempos remotos, induziram ao melhoramento das AACR para as AACR2 agora levaram a repensá-lo, com vistas ao RDA: o avanço tecnológico e o desenvolvimento dos materiais não-livros. Os autores lembram, porém, que na ocasião da atualização das AACR não houve preocupação com o potencial da tecnologia em ascensão. Destarte, Coyle e Hillmann (2007) enfatizaram que a publicação das AACR2 ocorreu às vésperas da grande mudança tecnológica: o computador e a rede eletrônica, fato que evidencia que atualizações das AACR2 logo seriam requeridas.

Ao considerar os pressupostos que justificariam a construção de um novo padrão de catalogação, em substituição às AACR2, Delsey (2016, p. 25, tradução nossa) aponta:

[...] desenvolver o que efetivamente seria um novo padrão para descrição e acesso ao recurso, respondendo a um ambiente digital em desenvolvimento, em que tanto a produção como a disseminação de recursos de informação e as tecnologias usadas para criar, armazenar e acessar dados descrevendo aqueles recursos que estavam sendo transformados.

² A *International Conference on the Principles and Future Development of AACR* ocorreu de 23 a 25 de outubro de 1997, na *Faculty of Information Studies, University of Toronto*, em Toronto, no Canadá, e contou com participantes de Austrália, Canadá, Reino Unido, Alemanha, Rússia, Suécia, África do Sul, Irã e Dinamarca. Segundo Tillett (1998, p. 31, tradução nossa), a Conferência de Toronto “[...] examinou os princípios e regras de catalogação à luz da descrição e do acesso dentro da estrutura dos catálogos de bibliotecas.”

Esse é o contexto em que se resolveu pela descontinuidade das revisões que originariam a AACR3 e que marcaram o início da construção do RDA. Em um ensaio, Dunsire (2007, tradução nossa) declara que o RDA “[...] é o acrônimo de *Resource Description and Access*, um novo padrão para o conteúdo de metadados usados para apoiar a descoberta, identificação e emprego de recursos informacionais.” Para Kincy e Layne (2014, p. 5, tradução nossa) “[...] o RDA surgiu do processo de desenvolvimento e revisão como um padrão de catalogação no bojo da proposta teórica dos FRBR e FRAD, mas repletos de instruções que foram transportados de AACR2.”

Com essas justificativas, o RDA nasce com o objetivo de suprir as necessidades de descrição de novos recursos e emergentes tipos de mídias e conteúdo, assim como os catálogos agora disponíveis em ambiente online. Além disso, a proposta do novo padrão é que as “[...] instruções para registro de dados serão apresentadas independentemente das diretrizes para apresentação de dados.” (JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2005, tradução nossa). Para Danskin (2014, p. 36, tradução nossa), com o RDA, pela primeira vez “[...] as instruções de catalogação não foram limitadas pelos requisitos do gerenciamento de espaço.”

Para Delsey (2016, p. 29, tradução nossa) “[...] o alinhamento com os modelos FRBR e FRAD também foi fundamental no cumprimento do compromisso assumido no plano estratégico [...] do RDA [...]”.³ Para Riva (2016)

[...] os códigos de catalogação podem ser, e de fato são, baseados em um modelo que considera as entidades, relacionamentos e atributos revelados através de dados bibliográficos. O RDA é um exemplo importante de um novo tipo de código de catalogação, um que está alinhado de forma firme e explícita com um modelo conceitual escolhido.

A partir dessa compreensão entende-se que as orientações estabelecidas pelo novo código deveriam apresentar-se conforme os conceitos presentes nos FRs.⁴ Entretanto, Glennan (2012, p. 527, tradução nossa) enfatiza que

[...] apesar das mudanças ao longo de seu desenvolvimento, o RDA continua profundamente enraizado nas tradições anglo-americanas de catalogação, ao mesmo tempo que se alinha aos modelos conceituais internacionais mais recentes, como FRBR e FRAD.

³ Ressalta-se que os FRAD não são mencionados uma vez que o modelo para dados de autoridade de assunto esteve em estudo e desenvolvimento concomitantemente com a construção do RDA, ambos publicados em 2010.

⁴ A consolidação das bases do RDA a partir dos FRBR e dos FRAD, modelos conceituais da IFLA, fica evidente em cada uma de suas seções, que direcionam o registro de entidades, atributos e relações presentes em modelos conceituais.

O *RDA Steering Committee* (2018, tradução nossa) define o RDA com um pacote de “[...] elementos de dados, diretrizes e instruções para criar metadados de recursos de bibliotecas e patrimônios culturais que são bem formados de acordo com modelos internacionais para aplicativos de dados vinculados focados no usuário.” Ao contrário do que se observa até a concepção do RDA é que, anteriormente, os códigos de catalogação eram caracterizados pelo seu conjunto de regras, e no RDA são apresentados como diretrizes e instruções.

Sob o encargo do, agora, *Joint Steering Committee for Development of RDA*, o padrão foi desenvolvido com a pretensão de atender às demandas oriundas do contexto tecnológico vivenciado nas últimas décadas. Para o projeto RDA, em seu *Statement of objectives and principles for RDA* (JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2009), ficaram estabelecidos cinco princípios que orientariam o desenvolvimento do RDA para o seu primeiro lançamento: [1] generalização, [2] especificidade, [3] não redundância, [4] terminologia e [5] estrutura de referência. Quanto à funcionalidade dos dados descritivos construídos a partir de orientações do RDA, a recomendação é de que devem atender aos princípios de: [1] diferenciação, [2] relacionamentos, [3] uniformidade, [4] atribuição, [5] representação, [6] precisão, [7] uso comum e [8] suficiência, elencados, inclusive, na introdução do RDA. Ressalta-se que os quatro últimos remetem à atualização da Declaração Internacional dos Princípios de Catalogação, publicada em 2016.

Importante ressaltar que, na Declaração dos Princípios Internacionais da Catalogação, publicada em 2009, uma das finalidades destes princípios era o de orientar o desenvolvimento de códigos de catalogação, cujo documento foi escrito em concomitância com o desenvolvimento do RDA.

O RDA não coloca a ISBD como uma das tradições catalográficas em que se baseou; em vez disso ela aparece como um dos padrões chave considerados no desenvolvimento do RDA, ao lado do *MARC 21 Format Bibliographic Data* e do *MARC 21 Format for Authority Data*. Byrum Jr. (2004) menciona que, no início da década de 1990, quando a IFLA instituiu o grupo de estudo para os FRBR, o grupo de revisão e manutenção das ISBDs também estavam em atividades, mas que tiveram seus trabalhos interrompidos para aguardar as recomendações dos FRBR. Ressalta-se que foi neste período que os trabalhos em prol da consolidação da ISBD foram desenvolvidos, o que futuramente daria origem a uma ISBD em conformidade com os FRBR. Essa edição consolidada da ISBD “[...] reflete o esforço para assegurar que a descrição

de todos os materiais atinja o mesmo estado de conformidade com os FRBR.” (*INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS*, 2011, p. xii, tradução nossa). No RDA a ISBD aparece no Anexo D – *Record syntaxes for descriptive data* – e traz a apresentação de elementos da ISBD, da pontuação e dos elementos no RDA. Apesar disso, Bianchini e Guerrini (2016, p. 89, tradução nossa) ressaltam que “[...] o RDA não impõe uma forma para a apresentação de dados, a ordem dos elementos ou uma pontuação convencional. [...] o RDA informa o que descrever, mas não como apresentar os dados.”

4 O RDA À LUZ DOS PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA CATALOGAÇÃO DESCRITIVA

Ao discorrer sobre princípios, Svenonius (2000, p. 67, tradução nossa) aponta que, quando usados na literatura de descrição bibliográfica, os princípios referem-se aos “[...] objetivos de um sistema bibliográfico, às regras gerais em um código bibliográfico e às diretrizes que orientam a construção de uma linguagem bibliográfica.”

[...] não é possível comprometer-se a delinear um código de regras sem princípios diretivos, assim como não se poderia empreender o traçado de um mapa sem recorrer a uma bússola que indique os pontos cardeais. Não se pode abordar e aplicar inteligentemente um código de regras, por mais bem construído que seja, sem que haja conhecimento de seus princípios subjacentes, apesar de ser possível se orientar num mapa e usá-lo, sem mesmo conhecer suas direções cardeais. (LUBETZKY, 1953, p. 61-62, tradução nossa, grifo nosso).

Com base nesse ponto de vista nota-se como imprescindível, tanto na fase de idealização quanto nas atividades práticas, que códigos, padrões, normas e/ou metodologias sejam constituídos de princípios a serem observados.

O risco da proposta de se fazer e adotar um código internacional de catalogação foi advertido por Cutter (1904, p. 11, tradução nossa), ao afirmar que “[...] nenhum código de catalogação pode ser adotado em todos os pontos por todos.” É necessário ponderar as particularidades das diferentes comunidades de diversas partes do mundo que utilizam padrões para o registro bibliográfico. Hanson (1939, p. 134, tradução nossa) também chamou a atenção para o fato de que “[...] se um código internacional se tornasse uma realidade, muitos bibliotecários se recusariam a assiná-lo em sua totalidade.” Ao discutir a uniformização por meio de um código universal de catalogação, Chaplin (1956) afirma que isso acarretaria no abandono de práticas tradicionais e locais que funcionam bem.

No entanto, em 1910, durante o *International Congress of Archivists and Librarians*, ocorrido em Bruxelas, o então secretário geral do *Institut International de Bibliographie*, Paul Otlet, saiu em defesa de um código internacional e aponta que é necessário estabelecer “[...]”

relações entre todos os códigos nacionais existentes; trazer países que não têm um Código para estabelecer um ou adotar um dos códigos existentes e, finalmente, estabelecer um Código Internacional.” (OTLET, 1912, p. 375, tradução nossa). Apesar disso, Chaplin (1956, p. 342, tradução nossa) lembra que “[...] a discussão internacional sugerida em Bruxelas parece ter feito pouco ou nenhum progresso [...] e o crescimento da uniformidade durante o próximo período tomou a forma de imitação em outros países dos códigos já existentes.”

Chaplin (1956) identifica três tentativas de elaboração de um código internacional de catalogação: [1] durante o *Congress of Archivists and Librarians*, realizado em Bruxelas, em 1910, com a proposição de Otlet de composição de uma comissão para a elaboração de um Código Universal de Catalogação; [2] no *First World Congress of Libraries and Bibliography*, Roma em 1929, com o destaque de Tobolka sobre a necessidade de um código internacionalmente aceitável, apesar de reconhecer que a unificação pudesse ser impossível; [3] com a comparação, feita por Ranganathan, entre o Código anglo-americano, as Instruções Prussianas, as *Cutter's Rules for a Dictionary Catalogue*, Regras do Vaticano, além do próprio *Classified Catalogue Code* de Ranganathan.

Quanto à proposta do RDA à luz dos princípios e fundamentos teóricos da catalogação descritiva vale mencionar que os ideais de Panizzi em relação à integração das diversas expressões e manifestações estão presentes na proposição do RDA, uma vez que um dos objetivos do padrão é permitir que os catálogos façam relações entre as diversas entidades descritas. Para Bianchini e Guerrini (2016, p. 87, tradução nossa) a estrutura relacional, teorizada por Panizzi em 1876, é uma “[...] característica inovadora e muito importante - pode-se dizer que esta é a principal característica do novo padrão.”

Quanto à contribuição de Cutter, nota-se que, ao estabelecer os objetivos dos catálogos, vinculou a necessidade de que todas as atividades práticas e teóricas da catalogação fossem direcionadas aos usuários. E aí está o grande ponto de encontro com o RDA: o usuário. Muitas das garantias do RDA em prol do usuário estão constantes nas orientações para descrição de dados que não estão presentes no documento, tais como local da publicação indefinido, editora desconhecida, data indeterminada, que, por questão de espaço para descrever o documento – por conta das fichas – eram abreviadas em latim (s.l.; s.n., por exemplo), o que não trazia qualquer significância ao usuário. Também é relevante para o usuário ter a possibilidade de identificar o autor de um documento mesmo que este seja o quarto, o quinto ou o vigésimo, dados que, anteriormente era omitidos (pelo uso das

reticências), e, novamente adotada uma expressão em latim (et al.) para indicar que havia outros autores não listados na descrição e que também não faziam partes dos pontos de acesso; portanto, não eram dados que permitiam a recuperação do documento.

Dentre os dois objetivos do catálogo propostos por Lubetzky (um voltado à função do catálogo de informar ao usuário sobre a existência, ou não, do documento, e outro com vistas às várias opções de identificação do documento a serem dadas aos usuários), as relações entre as entidades propostas no RDA vão ao encontro do segundo objetivo, o de possibilitar ao usuário encontrar as diferentes edições e traduções de uma obra.

De Jewett observa-se a declaração de que os dados devem ser registrados conforme apresentados no item e que o título deva ser transcrito exatamente como aparece, como orienta o RDA nas diretrizes gerais para transcrição, em 1.7.1. Um ponto divergente entre RDA e Jewett é que ele era contra a liberdade dada ao catalogador, visto que, para ele, ou os catalogadores seguiam regras ou o serviço catalográfico seria uma bagunça.

Reflexos dos Cânones da catalogação propostos por Ranganathan podem ser vistos no RDA, dentre eles os cânones da Determinabilidade, da Individualização, da Permanência, da Consistência e do Uso Corrente. O Cânone da Determinabilidade considera que a folha de rosto não deve ser a única fonte de informação para a catalogação, e que, no caso de insuficiência de informações nesta, outras partes do livro/item podem ser consultadas. O Cânone da Individualização pode ser percebido no princípio da diferenciação no RDA, quando determina que os dados descritivos diferenciam e individualizam um recurso dos demais. Os cânones da Permanência, da Consistência e do Uso Corrente também estão presentes no RDA e são, inclusive, indicados por Chandel e Prasad (2013, p. 316, tradução nossa) quando afirmam que tais Cânones “[...] ainda são princípios orientadores da catalogação, inclusive na criação de metadados.”

Desde a publicação das 91 Regras de Panizzi, em 1841, considerado como marco do início da catalogação moderna, o que se seguiu foi o desenvolvimento e aprofundamento da prática e da teoria da catalogação regida por regras e de forma esquematizada de descrição. Ao perpassar pelas obras de Panizzi, Jewett, Cutter, Lubetzky e Ranganathan fica evidente que a catalogação tem a finalidade suprema de proporcionar aos usuários das diversas unidades informacionais o acesso e garantia de uso da informação, o que confere à catalogação o seu papel humanístico e suas teorias e práticas.

Nesse percurso histórico, passa-se pelo início da catalogação moderna, e o que se pode

ver a partir de então, é uma catalogação descritiva sistemática, caracterizada por regras. Assiste-se, também, às importantes contribuições de Ranganathan e de Lubetzky para as discussões da conferência que culminou nos Princípios Internacionais da Catalogação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer à luz os fundamentos e princípios da catalogação em relação ao RDA, mostra importantes caminhos a serem percorridos tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional no sentido de compreender conceitos que foram idealizados muito antes do estabelecimento dos modelos conceituais bibliográficos e do RDA.

O momento pelo qual passa a catalogação na atualidade, com a redefinição dos modelos conceituais FRBR, FRAD e FRASAD no IFLA LRM, e com a revisão do RDA por conta do Project RDA 3R, chega como reflexo não apenas do contexto tecnológico que ocasionou os acontecimentos presentes, mas consciente de que esta é apenas umas das etapas que futuramente enriquecerá a história da catalogação. A discussão internacional do padrão RDA tem sido quanto às experiências de implementação, testes e treinamentos. Entretanto, questionamentos como o posto aqui conferem discussões teóricas à prática da catalogação.

Embora o objetivo maior deste trabalho não tenha sido o de observar se o RDA de fato cumpre o que se propõe, houve a intenção em tornar vinculados os dados que compõem os catálogos, o que torna a pesquisa em catálogos online mais dinâmica e célere.

Certamente o RDA não é o desfecho final de séculos de história da catalogação, e talvez não seja o ápice, o momento mais glorioso da catalogação, mas representa um momento importante, visto que foi discutido nos cinco continentes, entre 2003 e 2007.

Mesmo que em épocas diferentes, contextos tecnológicos diversos ou que algumas das regras e instruções diferenciem-se no padrão RDA, o que se observa no arcabouço teórico de tais estudiosos é a preocupação com o usuário e o esforço para que o catálogo sirva não apenas de canal de comunicação entre os acervos e o público, mas volta-se para o cumprimento do papel de democratização do acesso e uso da informação.

Certo de que os avanços continuarão e, conseqüentemente, novas formas e suportes de registro de informações surgirão, o RDA traz a proposta de, como esclarece Oliver (2011, p. 2), proporcionar os “[...] princípios e as instruções para registro de dados de recursos hoje conhecidos e os que venham a ser desenvolvidos.” Tillett (2013, p. 141, tradução nossa) ressalta que o RDA faz o movimento para uma visão de um padrão internacionalmente “[...]”

destinado ao ambiente digital que nos encontramos agora.” A história do vínculo entre catalogação, catálogos e tecnologias se repete: a transição das AACR2 para o RDA é motivada pelos mesmos agentes das alterações anteriores: inovações tecnológicas e seus efeitos tanto na elaboração dos catálogos quanto no uso destes por parte dos usuários. Reflexões conceituais e teóricas também são requeridas.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, C.; GUERRINI, M. RDA: a content standard to ensure the quality of data. **JLIS.it**, Florença, v. 7, n. 2, p. 83-99, 2016.

BLAKE, V. L. P. Forging the Anglo-American Cataloging Alliance: Descriptive Cataloging, 1830-1908. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 35, n. 1/2, p. 3-22, 2002.

BYRUM, JR., J. D. El programa ISBD de IFLA: Objetivo, proceso y perspectivas. IN: IFLA MEETING OF EXPERTS ON AN INTERNATIONAL CATALOGUING CODE, 1., 2003, Frankfurt. **Anais...** La Haya: IFLA, 2004.

CHANDEL, A. S.; PRASAD, R. V. Journey of catalogue from Panizzi's principles to resource description and Access. **DESIDOC Journal of Library and Information Technology**, Delhi, v. 33, n. 4, p. 314-322, 2013.

CHAPLIN, A. H. A Universal Cataloging Code. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 337-347, out. 1956.

COYLE, K.; HILLMANN, D. Resource Description and Access (RDA): Cataloging Rules for the 20th Century. **D-Lib Magazine**, [s. l.], v. 13, n. 1/2, jan./fev. 2007.

CUTTER, C A. **Rules for a dictionary catalog**. Washington: Government Printing Office, 1904.

DANSKIN, A. RDA and the “cascading vortex of horror”: proposals for the simplification of RDA 2.7-2.10. **Catalogue & Index**, London, n. 177, p. 35-43, dez. 2014.

DELSEY, T. The Making of RDA. **JLIS.it**, Florença, v. 7, n. 2, p. 25-47, maio 2016.

DUNSIRE, G. RDA and library systems. **BiD: Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentació**, Barcelona, n. 19, dez. 2007.

ESTEREOTIPIA. In: AULETE digital. [2019?]. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/estereotipia>. Acesso em: 1 mar. 2019.

ESTIVILL RIUS, A. Momentos estelares de la catalogación en El cincuentenario de los Principios de París. **BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, Barcelona, n. 28, jun. 2012.

FIUZA, M. M. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 16, p. 43-53, mar. 1987.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GARRIDO ARILLA, M. R. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madri: Editorial Síntesis, 1999.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GLENNAN, K. P. The Development of Resource Description & Access and Its Impact on Music Materials. **Notes**, Philadelphia, v. 68, n. 3, p. 526-534, mar. 2012.

GORMAN, M. Seymour Lubetzky, Man of Principles. In: CONNELL, T. H.; MAXWELL, R. L. **The Future of Cataloging: Insights From the Lubetzky Symposium**. Chicago: ALA, 2000. p. 12-21.

HANSON, J. C. M. **A comparative study of cataloging rules based on the Anglo American code of 1908**, with comments on the rules and on the prospects for a further extension of international agreement and co-operation. Chicago: University of Chicago Press, 1939.

HITCHENS, A.; SYMONS, E. Preparing Catalogers for RDA Training. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 47, n. 8, p. 691-707, 2009.

HUFFORD, J. R. The pragmatic basis of catalog codes: has the user been Ignored? **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 14, n. 1, p. 27-38, 1991.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Descripción Bibliográfica Internacional Normalizada**: Edición Consolidada. [Madri]: IFLA, 2011. Revisão por Elena Escolano Rodríguez em 2013.

JEWETT, C. C. **Construction of catalogues of libraries, and of a general catalogue and their publication by means of separate, stereotyped titles**. Washington: Smithsonian Institution, 1852.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **Historic documents: Outcomes of the Meeting of the Joint Steering Committee Held in Chico**. 2005. Disponível em: <http://www.RDA-jsc.org/archivesite/0504out.html>. Acesso em: 26 abr. 2018.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **RDA — Resource Description and Access: Objectives and Principles**. 2009. Disponível em: http://www.RDA-jsc.org/archivesite/docs/5RDA_objectivesrev3.pdf. Acesso em: 2 jan. 2018.

KINCY, C. P.; LAYNE, S. S. **Making the Move to RDA: a Self-Study Primer for Catalogers**. United Kingdom: Rowman & Littlefield, 2014.

LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LUBETZKY, S. **Cataloging Rules and Principles**: critique of the A.L.A. Rules for entry and a proposed design for their revision. Washington: Library of Congress, 1953.

LUBETZKY, S.; SVENONIUS, E. The Vicissitudes of Ideology and Technology in Anglo-American Cataloging since Panizzi and a Prospective Reformation of the Catalog for the Next Century. In: CONNELL, T. H.; MAXWELL, R. L. **The Future of Cataloging**: Insights From the Lubetzky Symposium. Chicago: ALA, 2000. p. 3-11.

NEGRUCCI, T. **Historiography of Antonio Panizzi**. 2001. Disponível em: <https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/maack/Documents/Panizzi.doc>. Acesso em: 15 jun. 2018.

OLIVER, C. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

OTLET, P. Le code universel des règles catalographiques. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ARCHIVISTS AND LIBRARIANS, Bruxelles, 1910. **Anais...** Bruxelles: Au Siège de la Commission, 1912. p. 375-377.

RANGANATHAN, S. R. **Classified Catalogue Code**: with additional rules for Dictionary Catalogue Code. 5. ed. Índia: Asia Publishing house, 1964.

RANGANATHAN, S. R. **Theory of Library Catalogue**. London: Edward Goldston, 1938.

RDA STEERING COMMITTEE. **About RDA**. 2018. Disponível em: <http://rda-rsc.org/content/about-rda>. Acesso em: 5 maio 2019.

RIVA, P. **Building RDA using the FRBR Library Reference Model**. 2016. Disponível em: <http://library.ifla.org/1911/1/S17-2016-riva-en.pdf> >. Acesso em: 10 abr. 2018.

ROUT, R.; PANIGRAHI, P. Revisiting Ranganathan's canons in online cataloguing environment. **Annals of Library and Information Studies (ALIS)**, New Delhi, v. 62, n. 4, p. 286-289, 2015.

SCHACHT, S. Antonio Panizzi's Librarianship and its Representation in the Pioneering Library Journals. **Libri**, Trujillo, v. 29, n. 1, p. 273-310, 1980.

SILVA, J. F. M. **Ranganathan e os Princípios de Catalogação de Paris, 1961**: parte 1 de 2. 2018. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1145. Acesso em: 5 nov. 2018.

SOUZA, D. H. F. **Códigos de catalogação**: uma abordagem histórica. Belém: UFPA, 1997.

STROUT, R. F. The development of the catalog and cataloging codes. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, Chicago, v. 26, n. 4, p. 254-275, 1956.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundation of information organization**. Massachusetts: Institute of Technology, 2000.

TILLET, B. RDA and the Semantic Web, Linked Data Environment. **JLIS.it**, Florença, v. 4, n. 1,

p. 139-145, jan. 2013.

TILLETT, B. Report on the International Conference on the Principles and Future Development of AACR, Held October 23-25, 1997 in Toronto, Canada. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 26, n. 3, p. 31-55, 1998.

WEISS, P. J.; LARKIN, M. R. T. AACR3 Is Coming: What Is It? **The Serials Librarian**, New York, v. 3/4, n. 50, p. 285-294, 2006.

YEE, M. M. What Is a Work? Part1: The User and the Objects of the Catalog. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 1, n. 19, p. 9-28, 1994.